

O golpe da menoridade

Celso Rocha de Barros

Folha de S.Paulo, 28/03/2016

Seria interessante saber se a turma teria batido panela quando foi divulgada a lista da Odebrecht. Mas nunca saberemos. O tempo dedicado à notícia nos telejornais foi tão pequeno que não deu tempo de ir à cozinha e voltar com as panelas. Nenhuma das revistas semanais deu capa à lista da Odebrecht. O juiz Sergio Moro decretou sigilo sobre as informações.

É possível argumentar que tudo isso foi razoável.

Não é possível ainda saber quais nomes na lista de fato recebiam subornos. Há casos esquisitos. O site de fact-checking "Aos Fatos" achou, por exemplo, candidatos que receberam dinheiro em anos em que não disputaram eleições.

Mas é difícil descobrir quais das contribuições eram legítimas, porque o esquema pelo qual doações (mesmo as legais) são feitas é tortuoso.

Deve haver inocentes na lista.

A novidade da semana passada, entretanto, foi que voltamos a falar sobre devido processo legal, benefício da dúvida e direito de defesa. Não houve nenhum desses cuidados quando vazou a delação de Delcídio, ou quando o juiz Sérgio Moro divulgou os áudios de Lula. A diferença se explica pelo fato de que dessa vez nem todos os acusados eram petistas.

Essa simples volta à normalidade institucional que vimos semana passada é o que desejam os deputados que votarão o impeachment. Depois de assistirem a mudança de tom dos últimos dias, reforçarão a convicção já formada: roubar sem o PT como cúmplice dá muito menos problema.

A sobriedade da semana passada, portanto, foi uma jogada tão agressiva pelo impeachment quanto a gritaria das semanas anteriores.

Por essa e outras razões, o impeachment de Dilma é quase inevitável. O PMDB segue fazendo ameaças de rompimento cada vez mais entediadas; todos sabem que os pemedebistas já fugiram. Sem o PMDB, a queda de Dilma é quase certa.

Os placares de votos contra e a favor do impeachment ainda não dão um resultado conclusivo, mas podem apostar: isso é porque muitos deputados estão esperando para aderir no último minuto. O voto decisivo sem dúvida será mais caro.

Só resta a Dilma uma jogada, resistir no cargo e esperar as delações. Talvez uma delas atinja Temer irremediavelmente. Talvez atinja tanta gente na oposição que a correlação de forças mude.

Não deve dar certo, porque os mecanismos no Congresso já foram postos em funcionamento acelerado. Os deputados estão tão empenhados em correr para derrubar Dilma que já demonstram serenidade diante do martírio de trabalhar de segunda a sexta.

O maior temor é que a megadelação da Odebrecht ocorra enquanto ainda houver a mobilização em torno do impeachment.

Porque se há algo que todos admitem é que a lista da semana passada foi só um aperitivo. Se a Odebrecht, de fato, divulgar tudo que sabe, teremos duas opções para decidir quem governará o Brasil.

A primeira é reeditar o "Golpe da Maioridade" de 1840 e eleger presidente alguém que ainda não tenha idade para ter feito nada de errado. Da última vez deu certo: Pedro 2º foi um governante razoável.

A outra alternativa é muito mais provável: decretar a menoridade penal do PMDB e da oposição, aplicar-lhes algumas medidas socioeducativas e incentivá-los a se reinserir na sociedade em alguma profissão respeitável, como a Presidência da República ou um ministério com um bom orçamento.